

“ DOP- VALOR ACRESCENTADO EM SISTEMAS EXTENSIVOS? ”

Pinto de Andrade, L., Várzea Rodrigues, J. e Rodrigues, A.M.,
Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Quinta da Srª de Mércules, 6000-909 Castelo Branco – Portugal

RESUMO

Em Portugal, a produção de bovinos de carne ocorre em áreas desfavorecidas e é normalmente extensiva. Com a floresta e a agricultura, é uma das principais fontes de receita e emprego desempenhando, também, um importante papel no contexto social e ambiental. Portugal não é auto-suficiente em relação à produção de carne bovina e devido à crise da BSE torna-se difícil prever, a médio e a curto prazo, a recuperação deste mercado. Podemos prever um novo mercado a partir da produção de carne de raças autóctones em sistemas extensivos. Produtores e consumidores consideram que a carne de raças autóctones é um produto de elevada qualidade, com características organolépticas próprias que resultam de métodos de produção diferenciados. Este facto permitiu o alargamento dos pequenos nichos de mercado, que tradicionalmente consumiam este tipo de produtos, e um aumento de valorização à produção das carnes DOP. Como a agricultura portuguesa não pode competir em quantidade e preços com outros países, a diferenciação parece ser a única alternativa para estimular a actividade rural nas zonas desfavorecidas, criando uma mais valia regional, necessária para um desenvolvimento agrícola sustentado. Através da manutenção dos nossos sistemas extensivos de produção animal conseguir-se-á limitar outros tipos de problemas de que se destacam a protecção ambiental, a defesa paisagística e a desertificação humana e física do nosso espaço rural.

INTRODUÇÃO

Os bovinos, como todos os ruminantes, têm e continuarão a ter um papel determinante na manutenção dos sistemas de agricultura sustentável sendo particularmente úteis para a conversão de pastagens e de sub-produtos e resíduos de culturas agrícolas, em alimentos que possam vir a ser utilizados pelos humanos.

Embora o consumo de carne bovina por habitante tenha vindo a aumentar em Portugal nos últimos anos, continua a ser mais elevado nos países com maiores recursos económicos. O aparecimento de doenças, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), associadas ao consumo de produtos de origem bovina, levou muitos consumidores a preferirem a carne de outras espécies animais. No entanto o problema não se resume à possível transmissão ao homem do agente causador da BSE. O uso indiscriminado de hormonas, de antibióticos e de outros produtos químicos na produção animal, contribui para o receio que se vai instalando no consumidor habitual de carne. Os sistemas de produção intensivos, procurando potenciar todas as capacidades genéticas dos animais e dos alimentos utilizados, se permitem diminuir o custo do produto final, criam também sérios problemas de poluição do meio ambiente.

O pequeno agricultor, com fracos recursos económicos e tecnologia pouco evoluída, não tem possibilidade de competir com os preços unitários obtidos pelas grandes empresas abandonando as

terras de cultivo e ampliando o perigo da desertificação de grandes áreas do interior do País. Torna-se cada vez mais necessário produzir bens de qualidade que, para além das suas características organolépticas próprias, possam dar garantias higio-sanitárias ao consumidor final. Os sistemas de produção associados àqueles produtos poderão não ser tão eficientes mas, se para além da qualidade pretendida permitirem uma melhor e mais equilibrada utilização dos recursos naturais, se não causarem poluição do meio ambiente e se contribuírem para a fixação dos agricultores em zonas com risco de desertificação, devem ser incentivados.

Em Portugal a produção de carne bovina a partir de raças autóctones poderá desempenhar essas funções. A mais valia dessa carne encontra perfeita justificação nas razões indicadas. Verifica-se uma tendência crescente para os consumidores portugueses procurarem produtos de qualidade, nomeadamente a carne proveniente de raças autóctones criadas em regime extensivo cuja alimentação se baseia na utilização de pastagens, de forragens e de outros alimentos provenientes maioritariamente da própria exploração agrícola. Justifica-se, por isso, a atenção particular que essas raças e esses sistemas produtivos merecem devendo a sua implementação ser apoiada e fomentada.

1- Sistemas Extensivos

Os sistemas de produção utilizados tradicionalmente em Portugal e que se pretendem ver mantidos, são ambientalmente sustentáveis e potencializadores da utilização de recursos locais disponíveis, sejam as bases genéticas das raças bovinas autóctones, sejam os alimentos espontâneos ou semeados.

Os sistemas tradicionais implantados estão perfeitamente enquadrados na Política Comunitária respeitando a utilização dos solos e estando adaptados às condições climáticas do País. A pecuária extensiva é uma das formas de dar vida e qualidade à paisagem rural evitando a desertificação do meio rural (Vaz Portugal, 1990). Na opinião do mesmo autor, o conceito de extensificação, previsto nas políticas comunitárias e aplicado a Portugal não tem, nem poderá ter o significado de “necessitar de extensificar”, uma vez que esta situação implicaria o abandono da terra.

Estamos em presença de sistemas em que se pode procurar o animal bem adaptado ao meio ou assumir que já existe a identificação da raça adaptada, que origina um produto animal característico e de valorização crescente (Vaz Portugal, 1998). Consideramos que, também nesta área, o trabalho não está concluído. É fundamental investigar no sentido de aprofundar os conhecimentos que existem sobre os indicadores produtivos e reprodutivos das raças autóctones para que os resultados produtivos e as condições de produção possam ser melhorados garantindo, simultaneamente, as características e a especificidade do produto animal obtido. É obviamente necessário seleccionar os animais que apresentam os melhores indicadores biológicos e produtivos, influenciados pelo ambiente a que estão sujeitos.

Objectivamente podem diferenciar-se dois sistemas extensivos de produção de carne de Bovinos em Portugal. Um no Norte e Centro e outro no Sul de Portugal. Esta diferenciação resulta das condições edafoclimáticas e da estrutura fundiária. O clima do País é globalmente classificado como Mediterrânico. Contudo, no Norte e Centro onde se encontra o solar de cinco das raças

Bovinas autóctones é observada uma importante influência atlântica, em especial nas zonas próximas do litoral. No Sul a influência é Continental. Em termos de temperatura não são observadas grandes diferenças entre Norte e Centro e Sul. As diferenças são essencialmente intra região (litoral vs interior); a faixa litoral apresenta amplitudes térmicas inferiores e humidade relativa mais elevada, a faixa interior apresenta amplitudes térmicas mais elevadas e menor humidade relativa. A precipitação é superior no Norte e atinge um mínimo de 400 mm em algumas regiões do Sul. Os solos são geralmente pobres, mais declivosos no Norte e tendencialmente planos no Sul. Os declives no Norte e a continuada cultura cerealífera no Sul são factores favoráveis à erosão por vezes muito acentuada.

A alimentação dos animais baseia-se na utilização de pastagens naturais ou melhoradas, feno, palhas, restolhos e grãos de cereais. No Norte utilizam-se ainda, ferrejos, nabo e os excedentes de outras culturas como a batata e a fruta (Rodrigues, 1998).

Da análise realizada considera-se que a diversidade alimentar, característica dos nossos sistemas de produção, deve ser mantida conquanto seja baseada na utilização da produção local de alimentos e que esta, apresente características de sustentabilidade. Também a complementaridade da utilização de recursos alimentares é de manter, ainda que alguns desses recursos possam estar condenados ao desaparecimento já que resultam de culturas de difícil manutenção no momento actual. Estamos a referir-nos aos restolhos, subproduto da cultura cerealífera. Outros irão manter-se e poderão ser potencializados; referir-nos aos regimes silvopastoris ou regimes de aproveitamento de substrato herbáceo em sob-coberto silvícola (sul do País) referido por Belo Moreira e Seita Coelho (1997).

A estrutura fundiária desempenha papel de relevo. Enquanto que no Norte e Centro Norte do País a exploração média tem cerca de 3 ha e encontra-se subdividida em parcelas, no Sul o tamanho médio da propriedade é de 300 ha e encontrando-se menos subdividida. Esta estrutura fundiária faz com que o número de animais por exploração varie de 1.6 a 3.5 no Norte e no Centro e seja de 55 a 80 animais no Sul (valores médios). A estrutura fundiária determina um tipo de agricultura diversificada, familiar e com elevado grau de auto consumo no Norte e Centro e um tipo de agricultura empresarial no Sul.

As pequenas explorações do Norte e Centro, levam a que os Agricultores não façam a engorda dos vitelos, vendendo-os com 4 a 8 meses de idade. Evitam assim a concorrência alimentar com as mães, dispensam a ampliação das precárias instalações que possuem para os animais e recebem o valor do vitelo, valor esse indispensável para a manutenção da economia familiar. No Sul, o tamanho das explorações, permite um sistema de produção extensivo que envolve a recria dos vitelos, que acabam por ser vendidos entre os 18 e os 24 meses e onde o acabamento dos animais é feito com alimentos compostos cuja composição química e matérias primas utilizadas são previamente definidas pelas associações de criadores.

Os produtos originados nos nossos sistemas extensivos são sempre limitados em termos de expressão global na fileira bovina de carne. A produção encontra-se limitada à capacidade do ambiente para produzir alimentos. Não é possível dimensionar a produção pela vontade do homem, antes pelas disponibilidades e potencialidades naturais de produzir alimentos; estes sim, estabelecem o limite superior que determina a produção a obter e estão directamente dependentes

das condições edafo-climáticas de que se destaca a natureza dos solos e das características climáticas.

Nestes sistemas que consideramos naturais e ambientalmente favoráveis, tem-se observado uma tendência acentuada para a certificação do que é produzido. Esta certificação no caso dos bovinos de carne tem por grande pano de fundo as raças autóctones. A inscrição no Livro Genealógico permite a identificação e o acompanhamento de todos os animais, podendo garantir não só a genuinidade da raça, os registos individuais, mas também as condições de alimentação, de controle sanitário e de manejo utilizados. É possível assim garantir um produto certificado.

2- Raças de Bovinos Autóctones

Parte significativa dos sistemas extensivos de produção de bovinos de carne, estão baseados na utilização de animais que apresentam características próprias, diversificadas de região para região, de boa aptidão maternal, de elevada rusticidade e excepcional adaptação ao meio ambiente em que vivem e especialmente aos alimentos produzidos local e naturalmente. São animais que apresentam grande versatilidade em termos de utilização de alimentos complementares ou alternativos, mas endógenos e naturais, fazendo baixar a dependência da exploração em relação ao exterior, atingindo os rendimentos produtivos possíveis.

Em Portugal estão identificadas e caracterizadas sete raças de bovinos autóctones que produzem carne DOP. São as raças Barrosã, Mirandesa, Maronesa, Marinhola, Arouquesa, Alentejana e Mertolenga que estão distribuídas em regiões delimitadas do Norte, Centro Norte e Sul de Portugal. O total de fêmeas adultas das sete raças, inscritos nos respectivos Livros Genealógico é de 43.523 vacas, variando a sua idade média entre os 8 e 10 anos, com um máximo que chega a atingir os 20 anos (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos Sistemas de Produção de Raças Bovinas Autóctones

Raças Autóctones	Solar da Raça	Nº Vacas inscritas Livro Genealógico	Idade Média (Anos)	Nº Anim./Expl	Idade de Abate (meses)
Barrosã	Trás os Montes	6715	10	2.4	5 - 7
Mirandesa	Trás os Montes	4270	10	3.5	7
Maronesa	Trás os Montes	7194	8	2.5	6 - 8
Arouquesa	Beira Litoral	6118	10	2.1	6 - 8
Marinhola	Beira Litoral	4426	9	1.6	4 - 5
Alentejana	Alentejo	7430	8	75 - 80	18 - 24
Mertolenga	Alentejo	7370	10	55	20 - 24

Estas raças são utilizadas como linha mãe reproduzindo-se em raça pura ou em cruzamentos industriais. Na essência podemos assumir as raças autóctones como a reserva genética estratégica da exploração de bovinos de carne em Portugal.

No quadro 2 podem-se observar os principais parâmetros reprodutivos e produtivos de sete raças autóctones.

Quadro 2- Parâmetros Reprodutivos e Produtivos de Raças Autóctones Portuguesas

Raças	Fertilidade (%)	Idade ao	Intervalo	Peso Adulto	Peso ao		Rendimento	
		1º Parto (meses)	Partos (meses)	das Fêmeas (Kg)	Peso nascimento (kg)	Desmame (Kg)	Carcaça (%)	
					Vitelos	Vitelas		
Barrosã	60/70(e)	36(e)	15/16(e)	350/400(a)	25	23	140/180(e)	61,4(n)
Mirandesa	60/80(j)	26/30(j)	12/13(j)	450/550(a)	39(a)	35(a)	170/200(j)	61,6(n)
Maronesa	± 80(j)	28(h)	13(h)	300/400(a)		30,3MF(h)	150/200(g)	51,0(h)
Arouquesa	> 80(d)	36(d)	12(d)	300/350(a)	30	26	150(d)	63,3(n)
Marinhosa	> 80(f)	36(f)	12(f)	620(a)	35(a)	32(a)	200/250(f)	
Alentejana	70/80(b)	34(c)	14/15(b)	600(a)	33(a)	30(a)	160/200(b)	61,5(n)
Mertolenga	> 90(m)	36(i)	13,2(m)	300/400(a)	25,8(i)	23,1(i)	130(i)	62,1(o)

(a) D.G.P (1987); (b) Rosado *et al.* (1981); (c) Cláudio *et al.* (1988); (d) Machado *et al.* (1981a); (e) Garcia *et al.* (1981); (f) Machado *et al.* (1981b); (g) Leitão (1981); (h) Alves *et al.* (1987); (i) Monteiro *et al.* (1981); (j) Leitão *et al.* (1981); (m) Bettencourt e Vaz (1987); (n) Silva Portugal *et al.* (1973a); (o) Silva Portugal *et al.* (1973b).

3- Denominações de origem protegida de carne de raças Bovinas Autóctones

É aceite que, para alguns produtos de origem animal, a composição florística do coberto vegetal pode ter um efeito, pelo menos residual, sobre a qualidade do produto final e/ou que a base genética influencia as características da carne ao nível da organização tecidual e composição química. Estas premissas associadas à existência de sistemas extensivos de produção, tradicionais e equilibrados, bem como a identificação de características típicas das várias carnes produzidas pelas raças autóctones tem conduzido à procura de certificação deste produto.

Os regulamentos da CEE nº 2081/92 e 2082/92, são a base legal das DOPs, sendo responsáveis pelas mudanças profundas na política agrícola onde os critérios quantitativos são substituídos por critérios qualitativos. O regulamento CEE nº 2081/92 define a DOP como o nome da região, do lugar ou excepcionalmente do País e que é utilizado para designar um produto agrícola originário de uma região local ou país, cuja qualidade e características resultam essencialmente ou exclusivamente da sua proveniência geográfica, incluindo factores humanos e naturais e cuja produção e processamento ocorre numa área geográfica restrita. A existência de uma base legal que proteja a produção agrícola é crucial na agricultura Portuguesa devido à sua especificidade dentro do contexto Europeu. As condições ambientais adversas, as tecnologias de produção antiquadas e a baixa formação dos agricultores originam produtividades médias inferiores às obtidas na EU. A PAC e as últimas reformas da OCM relativa aos produtos mediterrânicos tiveram um impacto negativo na agricultura Portuguesa que não pode competir, pela quantidade ou custos, com outros Países. Assim a diferenciação e a qualidade dos produtos parece ser uma alternativa capaz de estimular a actividade rural em áreas desfavorecidas, criando mais valias regionais e promovendo um desenvolvimento sustentado (Pinto de Andrade *et al.*, 1997).

Até ao momento estão registados na U.E. sete DOP, coincidentes com as 7 raças autóctones referidas. Para cada uma destas DOP existe um agrupamento gestor da DOP e o organismo privado de controlo e certificação.

No quadro 3 está referida a evolução do preço anual da carne bovina com DOP bem como a evolução do preço dos novilhos Cruzados Charolês e de animais com origem no sub-sistema leite (Holstein Friesian).

Quadro 3 - Evolução do preço anual médio de pagamento à produção da carne bovina com DOP. (preço em Euros/kg carcaça)

Raças	Anos	1994	1995	1996	1997	1998
Barrosã		-	-	5.3	5.3	5.3
Mirandesa		-	4.8	4.8	4.8	4.8
Maronesa		4.6	4.6	4.6	4.6	4.6
Arouquesa		-	4.3	4.3	4.3	4.8
Marinhoa		-	-	4.3	4.3	4.3
Alentejana		3.8	3.6	3.5	3.7	3.7
Mertolenga		-	3.1	3.5	3.5	3.5
Cruzado Charolês		3.8	3.4	2.9	3.0	3.3
Holstein Friesian		3.6	3.2	2.6	2.8	3.0

1 Euro=200,48 PTE

Observa-se que a valorização das carnes DOP é substancialmente diferente entre o Norte e o Centro relativamente às carnes certificadas produzidas no Sul (4,6 a 5,3 Euros vs 3,5 a 3,7 Euros /kg carcaça). Esta situação resulta essencialmente da idade a que tradicionalmente os abates são realizados. No Norte e Centro do País com os abates aos 5-7 meses o peso da carcaça é muito inferior mas a sua valorização é superior; no Sul, com abates aos 18-24 meses, o peso das carcaças é superior e a valorização unitária da carne é inferior. Verifica-se ainda que não ocorreu significativa variação de preços entre as médias dos anos, constituindo a certificação um marco na valorização da carne; é o caso da Arouquesa que só em 1998 implementou a certificação da carne o que se traduziu em + 0.5 euros/kg.

A restante carne obtida a partir de novilhos cruzados e de animais provenientes do sub-sistema leite apresentam flutuações anuais e flutuações ao longo dos meses dentro do ano (Quadro 3). Entre si estes dois tipos de carne mantêm sempre um diferencial de cerca de 0.2 a 0.3 euros/kg de carcaças. A comparação da carne de cruzados com as carnes DOP evidencia um diferencial de preços que varia entre +0.2 a +0.4 euros no Sul a +1 a +2 euros no Centro e Norte, significando uma valorização das carnes certificadas que pode atingir os +62%.

Pode-se verificar que os preços das carnes provenientes das raças autóctones foi constante ao longo dos anos, funcionando como um preço de garantia que não sofreu com a problemática da BSE, nem em termos de preço nem de procura do produto. O diferencial entre o preço pago à produção e o preço de venda ao retalhista é insuficiente para que as organizações associadas à produção possam fazer face às despesas inerentes às funções realizadas.

4- Estruturas de Produção

O sector produtivo de cada região com DOP deve estar convenientemente organizado, envolvendo três tipos de estruturas, as Associações de Criadores, os Agrupamentos Gestores de DOP e os Organismos Privados de Controlo e Certificação. A estas estruturas compete: sensibilizar os agricultores para manterem os animais das raças autóctones; inscreverem-nos no Livro Genealógico e seguirem os programas de manejo de modo a poder garantir a genuinidade do produto; prestar apoio técnico aos criadores; divulgar, junto do grande público, a qualidade do produto que pretendem vender; garantir um preço mínimo aos agricultores, para os animais inscritos no Livro Genealógico; negociar com os revendedores a mais valia da carne certificada; acompanhar os animais até ao abate.

A existência dos três tipos de estruturas permite separar a produção, a comercialização e a certificação do produto conferindo uma maior credibilidade à certificação. Todas estas tarefas exigem meios humanos (pessoal técnico e administrativo) e meios materiais (instalações, equipamento e viatura) que são dispendiosas. Essas despesas deveriam ser cobertas com o diferencial obtido no melhor preço da carne certificada. Na realidade, esse diferencial está longe de poder cobrir as despesas. Contribuem para isso: o pequeno número de animais comercializados; a pouca exigência quanto à qualidade e o fraco poder de compra de grande parte da população, o que leva à compra da carne mais barata; constata-se que o preço da carne certificada não tem evoluído nos últimos anos; pequeno diferencial entre o preço de garantia ao agricultor e o preço de venda ao comércio.

A actividade destas estruturas e até a sua sobrevivência estão dependentes dos apoios dados pelo governo Português e pela U.E.. Esperamos que elas possam manter-se, de modo a melhorar a actividade dessas estruturas dos agricultores, o que se traduzirá na produção de produtos cada vez de melhor qualidade.

CONCLUSÕES

Os recursos endógenos têm que ser valorizados. Tal só é possível produzindo o que outros não conseguem produzir ou por ausência de diversidade biológica ou por diferente potencial genético. Para isso as raças autóctones nacionais são alternativa viável em zonas desfavorecidas, podendo contribuir para o rendimento das explorações, fixação de populações e conservação da diversidade paisagística, isto é para a sustentabilidade dos sistemas extensivos tradicionais. Elas constituem um património genético, que foi sendo seleccionado ao longo dos anos que urge preservar e que constitui um factor importante na fraca economia das explorações. No entanto, em termos produtivos, não podem competir com as raças exóticas e, se não forem devidamente protegidas, correm o risco de poder desaparecer. A conservação do património genético que estas raças representam passa, entre outras medidas, por uma valorização do preço de venda dos animais de forma a compensar os agricultores da menor produtividade dessas raças. Temos uma população rural envelhecida e um abandono crescente de zonas deprimidas, correndo-se já o grave risco de desertificação de extensas áreas do interior do nosso território. A valorização das raças autóctones pode contribuir para a fixação dessa população e levar os jovens a interessar-se pela agricultura. É

pertinente a introdução de melhorias no sistema de produção desde que não seja ultrapassada o conceito de “extensivo”. É pertinente actuar sobre a melhoria da fase “mãe”, o que pode envolver a melhoria da adaptabilidade, o aumento da capacidade leiteira, a diminuição dos gastos de manutenção e o comportamento alimentar, evitando a introdução de características que a raça ou o produto final não comportem. Mais perigosa será a situação se não for respeitada a composição e tipicidade do produto final já que ao afectar ou alterar as suas características genuínas o empurram para os produtos massificados onde dificilmente será concorrencial. Só se pode vender o que é genuíno nas suas características, se for correctamente produzido e tiver qualidade. Assim, e tratando-se de produções limitadas, existem condições para reivindicar o valor acrescentado.

Se as organizações de produtores aceitarem e cumprirem as suas obrigações, devem ser apoiadas. A repercussão desse apoio traduz-se directamente nas associações e seus associados, na respectiva região e comunidade, promovendo o equilíbrio social, e na defesa do património genético, ambiental e paisagístico. Isto é, o interesse da população nacional e comunitária sobrepõe-se ao dos produtores mas, na situação presente, são convergentes. Deverá existir um sistema eficaz de fiscalização das carnes DOP junto dos postos de venda ao público principalmente em locais afastados das zonas de produção.

Numa perspectiva de previsão consideramos que se for mantida a evolução do trabalho realizado na área da certificação, e garantida a qualidade e segurança do produto, os nichos de mercado a que se destina, constituídos por consumidores mais qualificados, mais motivados e principalmente mais exigentes, serão alargados. Poderá haver alguma optimização de meios se forem implementados sistemas comuns de marketing, de comercialização e distribuição.

As DOP são um factor que favorece a sustentabilidade dos sistemas extensivos tradicionais, não sendo no entanto suficientes para a sua viabilização económica. Se assumirmos que os sistemas extensivos apresentam uma elevada integração ambiental, permitindo a sustentabilidade do sistema nesta sua componente, torna-se evidente que aos produtos originados nestes sistemas, deve ser associada uma componente de preço hedónico, a pagar pela comunidade, e que reflecte a sua importância como sistema ambientalmente equilibrador.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, V. C.; ALMEIDA, J. C.; MATIAS, J. M.; CARVALHO, M. A.; REAL, F.; FERNANDES, F. (1987). A produtividade e a rentabilidade dos bovinos locais. Projecto nº 11 - 3º Relatório Anual de Progresso. UTAD, VilaReal, Portugal.

BELO MOREIRA, M.; SEITA COELHO, I. (1997). The role of livestock in the “montados” system. In: Livestock systems in European rural development. *Proceedings of the 1st Conference of the LSIRD network*. Athens, Greece. pp: 133-134.

BETTENCOURT, A. J.; VAZ, I. M. (1987). Raça bovina Mertolenga - sistema alimentar. Jornadas Hispano-Lusas, Salamanca, Espanha.

CLÁUDIO, D.; CORTES MARTINS, L.; VAZ PORTUGAL, A. (1988). Sistemas de selecção e produção de raças bovinas de carne especializadas ou não, na área Mediterrânica. *Revista de Medicina Veterinária*, 30: 4-16.

D. G. P. (1987). Fichas das raças autóctones. Direcção Geral de Pecuária, Lisboa, Lisboa.

GARCIA, M., ROSÁRIO, J.; ANTUNES, M. (1981). Raça bovina Barrosã. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 43-78.

- LEITÃO, M. (1981). Raça bovina Maronesa. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 101-128.
- LEITÃO, M., FERREIRA, L.; COSTA, A. (1981). Raça bovina Mirandesa. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 79-100.
- MACHADO, J., VALENTE, J.; GASPAR, P. (1981a). Raça bovina Arouquesa. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 129-150.
- MACHADO, J., VALENTE, J.; GASPAR, P. (1981b). Raça bovina Marinhoa. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 151-174.
- MONTEIRO, P., BETTENCOURT, J.; PEREIRA, R. (1981). Raça bovina Mertolenga. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 197-216.
- PINTO DE ANDRADE, L., ALBERTO, D., VÁRZEA RODRIGUES, J.; CHABERT, J. (1997). "Typical Livestock Products and Rural Development- The study case of Fine Wool". 2th European Workshop of the LSIRD network.- "Improving market integration and value-adding in domestic livestock enterprises in disadvantaged regions- the implications for future research." University of Kassel, Witzenhausen, Alemanha. 27-29th September.
- RODRIGUES, A. M. (1998). Sistemas de produção de bovinos de carne. *Revista Técnica de Extensivo*, 1 (0): 13-21.
- ROSADO, J., ALMEIDA, M., GOUVEIA, M., SOBRAL, M. E LOBO, S. (1981). Raça bovina Alentejana. In: A. B. Rodrigues (Editor), *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral de Pecuária, Ministério da Agricultura, Lisboa, Portugal. pp. 175-196.
- SILVA PORTUGAL, J.; RALO, J. C.; ANTUNES, T. M.; ROSÁRIO, J. P.; MACHADO, J. R.; LOBO, J. M. S.; ALMEIDA, J. F.; FERREIRA, L. S. (1973a). As populações bovinas indígenas: capacidades de produção. Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, Lisboa, Portugal.
- SILVA PORTUGAL, J.; RALO, J. C.; BENTO, A. A.; SILVEIRA, D. R. (1973b). Raça bovina Mertolenga: testes de performance. Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, Lisboa, Portugal.
- VAZ PORTUGAL, A. (1990). A produção pecuária Nacional. *Veterinária Técnica*, 1(1): 14-17.
- VAZ PORTUGAL, A. (1998). Como defender a produção animal com características próprias - defesa das raças autóctones. *Revista Técnica de Extensivo*, 1(0): 8-12.

“PDO - ADDED VALUE IN LIVESTOCK EXTENSIVE PRODUCTION SYTEMS?”

SUMMARY

In portuguese less favoured areas, beef production is generally extensive, being with forestry and agriculture, one of the more important sources of income and employment, playing also an important role on social and environmental context. Portugal is not self sufficient in beef production and it is difficult to envisage market recovery due to de BSE crisis, but we can foresee an emergent market for beef, originating from Portuguese indigenous cattle breeds, breed in extensive systems. This meat is considered to be a high quality product by producers, and consumers, not only because of its superior taste and structure but also as a result of the production methods. This fact, allowed the enlargement of small niche markets and has lead to an increase of the value of the meat with protected designation of origin (PDO). Portuguese agriculture, can not compete through quantity or costs with other competitors. Differentiation and quality seems to be the alternative to stimulate rural activities in LFAs. This way we can create a regional added value able to promote sustainable development. We consider that it is crucial to stimulate the maintenance of our extensive animal production systems. This, allow us to deal with problems like environmental and landscape protection and contribute for the decrease of the human and physical desertification of rural areas.

Key words: production systems, cattle, PDO, added value